III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**MCH1079**

# ANÁLISE DO POTENCIAL DE CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO PARA A DEMOCRACIA

CLAUDINEI DE SOUSA FERNANDES
**claudinei@fimes.edu.br**
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

**ORIENTADOR(A)**
MOACIR JOSE DOS SANTOS
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

# ANÁLISE DO POTENCIAL DE CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO PARA A DEMOCRACIA


## Resumo

O presente artigo tem o objetivo de refletir a respeito de como a empregabilidade dos recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação, especificamente a aplicação doinstrumentoGoverno Eletrônico, para auxiliar o estabelecimento e o fortalecimento dademocracia na sociedade. Partindo de uma consideração de como o estabelecimento da democracia principalmente na América Latina encontra-se no atual momento instável e necessita passar por uma reestruturação que a fortifique.O atual trabalho objetiva realizar uma pesquisa bibliográficade como os governos estão aplicando recursos financeiros para a capacitação dos funcionários e o aparelhamento da comunicação, mas concomitante a isto percebe-se sérias dificuldades de que estes investimentos venham a trazer reais benefícios para a sociedade e para a democracia.O caso de serem aplicados recursos nas TIC's pela administração pública não é garantia real de eficiência e eficácia na democracia exercida no país, pois ainda existe a exigência de um maior amadurecimento democrático no meio da sociedade. Convém para o Brasil ampliar seus aspectos democráticos e investimento em tecnologia pode ser uma ferramenta bastante útil porém, deve estar aliada a outros quesitos como a educação e a própria confiança na estabilidade democráticabrasileira, para haver um envolvimento social consideravelmente participativo em todo este processo.



**Palavras-chave:** Democracia; Governo Eletrônico; Tecnologias da Informação;


**Analysis of the potential contribution of e-government to democracy**


**Abstract**

Based on question of the development of new technologies, we try to reflect through this article about how the employability of these resources Information Technology and Communication, specifically the application of Electronic Government tool, can help establish and strengthen democracy in society as well as regional development. From a consideration of the establishment of democracy in Latin America primarily is unstable and needs to go through a restructuring that fortify. Governments are imposing financial resources for employee training and equipping of communication, but the concomitant realize that there are serious difficulties that these investments will bring real benefits to society and democracy. The currentwork aims toconduct aliterature survey ofhow governments areapplyingfinancial resources toemployee trainingandequippingof communication, buttheconcomitantrealizethatthere are seriousdifficultiesthat theseinvestmentswillbring realbenefits to societyandtodemocracy. The case ofresourcesbeinginvestedinICTby the public administrationisno realguarantee ofefficiency and effectivenessin democracyexercisedin the country, becausethere is still ademand for moredemocraticmaturityin the middleof society. You may wanttoexpandtheir democraticBrazilaspectsand investment in technologycan bea useful toolbutshouldbecombined withother issuessuch as educationandthe confidencein the Braziliandemocratic stability, to be aconsiderablyparticipatorysocialinvolvementthroughout thisprocess.



**Keywords:** Democracy; Electronic government; Information Technology

## 1 INTRODUÇÃO

O expressivo desenvolvimento que está acontecendo nos últimos anos nas Tecnologias da Informação e Comunicação as chamadas (TICs), está gerando um forte impacto nas diferentes formas das atividades econômicas, informativas e lúdicas das sociedades, pois, proporciona facilidades as ações da vida cotidiana e consegue elevada eficácia e eficiência no incremento dos mais diversos e variados tipos de processos. O desenvolvimento destas tecnologias disponibiliza novos e interessantes canais para a sociedades, abastecendo-ascom serviços e ainda melhorando a qualidade de vida e ampliando o acesso a informação para os cidadãos.

Dentro deste contexto os países latino-americanos, portanto o Brasil, possuem um obstáculo a ser transposto, pese a que haja a necessidade de integração plena ao uso das novas tecnologias, pois de outra forma estará a margem do cenário internacional. O fato que esta integração não será muito simples de se conseguir com apenas equipar com sistemas de automatização aos diferentes setores da esfera administrativa.Existe a necessidade de definição de diretrizes e políticas para haver uma maior penetração na sociedade do acesso com qualidade aos serviços públicos disponibilizados por meio digital, bem como a capacitação dos funcionários que operam estes recursos. A nossa infra-estrutura regional ainda é precária e instável, havendo oscilações nos serviços de energia e ainda o trafego da rede de comunicações sobrecarregado.

O contexto informacional contemporâneo provoca a necessidade de repensar a cultura política,podendo-se visualizaruma oportunidade mediante a convergência tecnológica. Uma boa aplicação destes recursos, para uma ampliação dos ideais democráticos é uma oportunidade ímpar o uso das novas tecnologias aliadas as plataformas de *hardware* e ferramentas de *software*e como tal a rede formada por estes recursos pode amplificar o conceito de democracia com o acesso a baixo custo às informações de interesse público, bem como propiciando aos cidadãos a oportunidade de expressar suas opiniões e ideias para os gestores públicos.

O atual artigo tem como objetivo fazer uma análise bibliográfica a respeito do potencial da contribuição do governo eletrônico para a democracia no Brasil, e como isto favorece o amadurecimento e o envolvimento da população nas questões administrativas, seja obtendo maior conhecimento das decisões políticas ou por maior interação da população com a esfera política governamental.

## 2 AS NOVAS TECNOLOGIAS E A COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA

Com a integração através das novas tecnologias da informação, favorece o conceito de democracia, pois a aplicação da mesma realiza uma aproximação entre o poder governante e os governados, pois a democracia está altamente conectada com a informação, mas esta informação deve estar acessível e transparente, e que haja interação e acessibilidade por parte dos cidadãos mesmo com toda a contradição que isto possa resultar por quanto

> (...) é comum enfatizarem-se exageradamente as dimensões tecnológicas e estabelecer-se, deterministicamente, uma associação entre o potencial das novas tecnologias e a revitalização de instituições e práticas democráticas. Questionar-se simplesmente, se “a internet é um instrumento de democratização” pode levar a diversos equívocos.(Gomes;Maia, 2008, p. 278)

Pois o governo como regulador deste sistema também pode valer-se de regras não muito propícias para a genuína democracia, e informar de forma a induzir o raciocínio do cidadão como melhor lhe convier.Quando comparadas as atuações de uma empresa comercial com uma governamental, percebe-se as diferentes funções de ambas.A

segunda, exerce papéis distintos como regulador, iniciador e interlocutor do setor privado, sendo que esta é quem deve ajudar a melhorar na gestão de suas atividades comercias. O fato anterior reflete também quanto ao uso da tecnologia da informação a qual se destina.

A nossa sociedade, historicamente, foi construída pratica e epistemologicamente baseada na informação e comunicação. Começando com as culturas mais antigas até as atuais a sociedade desenvolve o seu progresso pelo impulso do que recebe, ou seja do que vem através da tradição, experiência, e de outros meios, e com isto é capaz de alentar o processo do conhecimento obtido pela comunicação e pela informação.

> Por volta do ano 700 a. C. ocorreu um importante invento na Grécia: o alfabeto. Essa tecnologia conceitual, segundo os principais estudiosos clássicos como Havelock, constituiu a base para o desenvolvimento da filosofia ocidental e da ciência como a conhecemos hoje. Tornou possível o preenchimento de lacuna entre o discurso oral e o escrito, com isso separando o que é falado de quem fala e possibilitando o discurso conceitual. Esse momento histórico foi preparado ao longo de três mil anos de evolução da tradição oral e da comunicação não-alfabética até a sociedade grega alcançar o que Havelock chama de um novo estado de espírito "o espírito alfabético", que originou a transformação qualitativa da comunicação humana. (Castells, 2011, p. 413)

As necessidades do público interessado e pressões políticas que favorecem as reformas, a melhora dos serviços e a transparência das ações está convergindo no governo *online* um meio no qual introduz mudanças profundas no acesso dos cidadãos à informação. Por tudo que foi exposto anteriormente, é que o presente estudo busca definir de modo sucinto a aplicação do Governo Eletrônico ou e-Governo descrevendo algumas políticas existentes para fomentar o uso e a aplicação do e-Governo, as ações a as estratégias para atingir a transparência e a modernização da gestão pública com a utilização das TIC's, apresentando algumas das iniciativas e operações para isto.

O Governo Eletrônico em se tratando das ações do programa do governo brasileiro, busca priorizar o uso das TIC's com intuito de democratizar o acesso a informação para viabilizar e ampliar o debate e a participação do cidadão na construção das políticas públicas, aprimorando a qualidade das informações e dos serviços prestados aos cidadãos.O Estado brasileiro com relação a política de Governo Eletrônico estabelece um conjunto de diretrizes com base em três ideias fundamentais: melhoria do gerenciamento interno do Estado, integração com parceiros e fornecedores e a participação do cidadão.

No Brasil o Governo Eletrônico constitui-se no ano 2000, através da criação do Grupo de Trabalho Interministerial cujo objetivo era de propor e examinar as normas, as políticas e as diretrizes com relação a novas tecnologias que favorecem a interação entre governo e o cidadão, isso se tornou possível pelo Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a criação deste grupo, o processo de maior aplicação para a democratização do sistema fazendo uso dos recursos fornecidos pelas novas tecnologias ganhou maior expressão.

A democracia, percebida através de um contexto histórico, éum processo que tem muitas representações, mas na atualidade, as novas tecnologias podem alterar as regras praticadas na democracia, e transformar a forma e os mecanismos da participação e do relacionamento entre os cidadãos e o poder público. A participação dos cidadãos de maneira direta no controle do regime político, possibilitada pelos recursos tecnológicos, é a concretização de um modelo democrático de alto nível, pois favorece a existência de uma operação ativa cidadã nas decisões que motivam o próprio comportamento da administração pública. Caminhando para o ideal democrático de povo organizado, com pessoas interferindo e demonstrando o seu poder decisório, deixando evidencias de sua

inclusão no sistema de governo, constituindo e construindo uma posição onde existe um alinhamento de poder entre o povo e o governo.

## 3 GOVERNO ELETRÔNICO E A DEMOCRACIA

Existe um entendimento que o Estado usa seus recursos para intervir na ordem social, fazendo uso do governo, que é em realidade o órgão que administra, conduz e executa as decisões que interferem na sociedade como um todo. Este será sem dúvida o seu papel de liderança permanente, pois como pretende estabelecer um ambiente de bem estar e crescimento, e precisa evitar a paralisia econômica advinda dos seguintes pontos como as dividas internas, a inflação e o déficit fiscal, deve, portanto, assumir uma postura onde transpõe as barreiras assegurando o crescimento econômico e ainda a sustentabilidade, pois existe uma necessidade geral de governos efetivos.

Um dos aspectos obrigatórios que se deve tratar em um governo que seja constituído pelo cidadão, com o cidadão e para o cidadão, é o da reforma, modernização e transformação das ações públicas. Constata-se que a maioria dos países latino-americano conceberam a proposta do processo de modernização, focados apenas nas mudanças de normas ou regras, mas principalmente na redução do gasto público. Pelo menos em princípio, o que transparece é que em nenhum momento foi buscado um projeto mais participativo e fomentativo à participação dos cidadãos nas decisões das políticas públicas, devido ao fato de que, estas estão relacionadas diretamente com a vida dos cidadãos. O estado deveria demonstrar eficiência para trabalhar pelo cidadão, independentemente do que este queira, necessite ou ainda opine. Fica a impressão que ainda não foi percebido pelos governantes que a modernização é exatamente um processo político e que só será sustentável com a plena participação da sociedade neste processo.

Para que haja uma reforma consistente, neste processo de modernização, na qual a execução e as conquistas apontam a longo prazo, mais do que médio e curto prazo, que os cidadãos devem acompanhar de modo participativo o desenvolvimento deste processo em todas as suas fases. Para que isto concretize é fundamental desempenhar políticas, estratégias, projetos e planos que sejam apropriados, permitindo que os cidadãos sejam capazes de intervir ativamente na execução do processo de democratização, e assim também contribuir para que este possa ser um observador,que constate que as reformas positivas e que o beneficie estão sendo levadas a cabo, bem como também as que sejam menos positivas e benéficas.

> O governo eletrônico, constitui um componente importante de governança eletrônica. Governança é geralmente entendida como algo que compreende todas as partes interessadas e relações que garantam a estabilidade, desenvolvimento e o bem-estar das comunidades. E daí decorre que "boa governança" é sustentada por acesso a processos governamentais, escolha do momento e método de engajamento e capacidade de participação efetiva por parte dos cidadãos. (Cunha; Frey; Duarte; 2009, p. 74)

Existe uma ideia, considerada por alguns, que o governo eletrônico constitui uma poderosa ferramenta para dar garantias e viabilizar o processo desta reforma. Mas a noção de Governo Eletrônico possui várias definições, entre outros fatores até mesmo na questão de contexto histórico que são primordiais para uma eficiente compreensão dele. Vale salientar que o governo como elemento existencial do Estado é dinâmico e está fortemente influenciado pelos acontecimentos e pelas circunstâncias advindas através dos tempos, então uma importante mudança ou revolução, é a produzida pelo desenvolvimento das TIC's principalmente e especialmente a internet.

O Governo Eletrônico busca uma melhor reestruturação no formato dos serviços de utilidade pública, um efetivo investimento em recursos humanos para trabalhar neste

seguimento, como também investimento em equipamentos tecnológicos de comunicação e informação, em todos os níveis dos organismos administrativos, exige também uma mudança cultural que é exatamente o fator predominante para esta implantação. Mas isto não significa que automatizar instalando *software* e *hardware* que sejam adequados em todo o âmbito da administração pública e ainda interconectando com os cidadãos através da internet, seja suficiente para dizer que já é um Governo Eletrônico de fato. Ainda se faz necessário uma autentica exposição de critérios, deliberações e soluções envolvendo a realidade social, jurídica, política e econômica para que este governo seja realmente transparente e eficiente na sua administração dos assuntos públicos.

Enquanto os países desenvolvidos,em seus plano e políticas, se encontram em um processo de aquisição e de aplicação de conhecimento e da transformação do exercício de governo, os países em desenvolvimento, e especialmente os países da América latina, enfrentam enormes problemas para decolar o uso massivo das TIC's, muito devido a fragilidade de suas democracias, com sua liderança pouco empenhada em fomentar o processo modernizador, questão que resulta de extrema importância para a implantação desta forma de governo.

Pese a que, a participação cidadã é pouco representativa nas atitudes governamentais e na busca de uma democracia prática, tornando muito distante a concretização da inovação administrativa. Asmaiores partes destes programas não contam com a utilização de um pensamento estratégico focado no Governo Eletrônico, isto implica que a maioria dos níveis da administração pública não buscam políticas, projetos e planos da utilização da informática que seja com objetivo específico ao Governo Eletrônico.

Apesar de teoricamente existir um conceito de que o governo deve ser exemplo de modernização, controle e transparência, dando então um passo à frente rumo a modernização e automatização, introduzindo em seus processos o uso intenso das TIC's, prestando seus serviços *online*, favorecendo uma maior conexão com o cidadão. Também o cidadão que ainda não está incluído no uso corriqueiro dessas novas tecnologias possam ter acesso facilitado.

Ainda o fato de que as empresas de pequeno e médio porte, auxilia para que haja a geração de novos empreendedores na *WEB*, bem como impulsiona a formação de recursos humanos no setor produtivo, capacitando-os a usar de forma abrangente os recursos disponibilizados por essas novas tecnologias. Tudo isto possibilita a transição em direção a uma sociedade mais instruída e habilitada no desempenho de sua cidadania através das inovações tecnológicas.

Os governos são responsáveis de uma forma muito evidente pela implantação, pelo exemplo da pratica de uso e da melhoria contínua na aplicação das novas tecnologias, não devem se eximir de sua função e influência, e é mister que estes observem que as redes estão sendo cada vez mais introduzidas na sociedade, e que os cidadãos atuais estão mais informados e mais capacitados na utilização destas tecnologias, e que estes últimos aguardam com expectativa um retorno positivo por parte destes governantes no aprimoramento das vias de comunicação entre governados e governantes,

> Nosso estudo sobre as estruturas sociais emergentes nos domínios da atividade e experiência humana leva a uma conclusão abrangente: como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o

> novo paradigma da tecnologia da informação for-nece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. (Castells, 2011, p. 565)

O progresso do desenvolvimento das TIC's está gerando uma significativa e fundamental mudança na forma que funcionam as economias e o conjunto da sociedade, estas mudanças incidem perceptivelmente na forma de viver do cidadão, no seu estilo de vida e nos seus hábitos. Consciente de que se está avançando a cada dia para o rumo de umasociedade da informação mais ampla e mais abrangente, vão surgindo diversos projetos governamentais, como por exemplo Cidades Digitais, telecentros, entre outros.

No entanto, a Administração Pública não é o único impulsionador do desenvolvimento da Sociedade da Informação, estão aparecendo novas formas de acesso e de difusão da informação e do conhecimento criadas a partir de iniciativas cidadãs, bem como a colaboração entre esta e a própria administração pública. Estes projetos que fazem parte das estratégias do governo de modernização, implantação e adaptação para acercar todos os cidadãos às informações, lógico que isto tem melhor desempenho nos países desenvolvidos, mas como já citado anteriormente, nos países em desenvolvimento onde as ações ocorrem muitomorosamente, mas porém está acontecendo, pode-se perceber que o governo brasileiro incentiva, pelo menos teoricamente, a implantação de Cidades Digitais, e que a estruturação e aplicação efetiva do Governo Eletrônico em uma determinada região, favorece e muito a que seja levado a cabo a implantação de Cidades Digitais, por ser este um dos primeiros passos para que isto aconteça.

> A utilização da internet pelo Estado, principalmente através de *sites* e portais oficiais, se tornou algo generalizado e se configura hoje como o principal vetor de informação da esfera governamental para a esfera civil. Não por acaso, ferramentas *online* são vistas como instrumentos capazes de influir no aumento do engajamento político do cidadão; capazes de tornar o Estado mais transparente; de fortalecer processos de *accountability* e de criar uma ambiência propícia para a deliberação pública. Dimensões historicamente consideradas fundamentais para o bom funcionamento das engrenagens democráticas. (Maia; Gomes; Marques, 2011, p. 123)

O Governo Eletrônico tem dentre os seus objetivos a desburocratização, facilitando ao cidadão o acesso a serviços que antes havia a necessidade de deslocamento pessoal até um órgão público, através desta ferramenta, o cidadão pode acessar uma gama de documentação que lhe seja útil desde o conforto da sua casa através da *internet*. Ademais de proporcionar as facilidades do serviço ao cidadão, os governantes brasileiros possuem outro grande desafio que é a inclusão digital, em um país como o Brasil, que contém um alto índice de analfabetos, este fator é considerado um agravante a mais para a inclusão digital, pois existem sérios problemas de base educacional que necessitam ser sanados. Portanto o uso de Governo Eletrônico facilita o exercício da cidadania porém, este mesmo cidadão, precisa ser preparado, instruído e capacitado para usá-las tanto com medidas de inclusão digital como a inclusão daqueles que não possuem uma boa base educacional.

## 4 CONCLUSÃO

Nota-se o desenvolvimento nos países da América Latina através de investimento e em termos da aplicação da Tecnologias de Informação e Comunicação nas questões de infra-estrutura e de usabilidade.Cada ano o Estado aplica mais recursos financeiros em equipamento e treinamento de pessoas que estarão em contato direto com estes equipamentos.Quando é comparado e analisado o usodesta ferramenta para melhor aplicação da ampliação e do fortalecimento da democracia, não se percebe o empenho por parte do governo.

Sabendo que a comunicação das informações favorece o melhor envolvimento da sociedade nos assuntos governamentais, e ainda o quanto este envolvimento social é importante na interatividade de governo e governados, pois os cidadãos passam a ser parte ativa das decisões governamentais que afetam direta e indiretamente as suas necessidades básicas.

O cidadão por meio dos dispositivos disponibilizados pelo poder público que aplique efetivamente as TIC'salém de possuir acessibilidade a serviços públicos, acaba tendo um poder participativo maior no governo, desde informar algum problema de infra-estrutura e manutenção do seu ambiente de convívio, bairro, rua, vizinhança, agilizando nos processos de resolução destes problemas.

Ainda pode ter um maior esclarecimento do que vem acontecendo na administração pública, e estar inteirado das resoluções tomadas pelos governantes, sempre que esteja realmente disposto a trabalhar em prol da transparência no exercício das funções públicas, pois apenas o fato de ter um meio que se pode obter informações, mas estas não são claras, completas e verídicas, não são suficientes pois fica, portanto, uma sensação no cidadão de estar sendo informado, mas na realidade somente é informado em parte, outras informações importantes não são disponibilizadas.

O fato de haver aplicação das TIC's por parte da administração pública, não garante que esteja estabelecido uma efetiva, eficaz e eficiente democracia, mesmo que teoricamente o Governo Eletrônico aconteça e seja empregado com uma perspectiva democrática, ainda é preciso um amadurecimento no seio da comunidade e por parte das classes governantes em conhecer e reconhecer os pontos nos quais deve evoluir para a verdadeira e real aplicação da democracia em toda sua dimensão e podendo corroborar para que isto ocorra, além de outros recursos, o uso das TIC's como ferramentas apropriadas e amoldadas para este propósito.

Como na América Latina, e mais especificamente o Brasil, sãopaíses que estão em desenvolvimento, há muito para ampliar nos aspectos democráticos, o caso destes países estarem investindo em recursos tecnológicos, para serem aplicados com o envolvimento da sociedade como um todo, aponta para um trajeto rumo à estabilidade democrática, mas também aplicações e investimentos em outras áreas que servem como base e fundamento para um uso adequado por parte do cidadão deste recurso é de extrema importância, áreas como a educação é primordial pois pode haver esforços governamentais para a inclusão digital que auxiliará e favorecerá alguns, mas para outros, que enfrentam dificuldades de educação de qualidade, não faça diferença significativa para que sejam beneficiados com a aplicação das TIC's.

É preciso que aconteça de forma efetiva a revolução tecnológica em todos os âmbitos para um melhor respaldo a democracia, mas também existem grandes desafios a serem transpostos pelos governantes para prepararem a população de uma forma geral a que todos que queiram e precisem tenham acesso e possam usar das TIC's.O Governo Eletrônico é, dentre tantos elementos, essencial para que mais medidas, tão importante quanto ele, ajudem a ampliar e amplificar a abrangência das TIC's na sociedade com o propósito de fortalecimento da democracia.

## REFERÊNCIAS


CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CUNHA, Maria Alexandra; FREY, Klaus; DUARTE, Fábio. **Governança local.** Curitiba: Champagnat, 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque et al (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. **O tempo das redes.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.. **Comunicação e democracia:** problemas & perspectiva. São Paulo: Paulus, 2008.

KOTLER, P. et al. **Marketing de Lugares**. São Paulo: Pearson, 2005.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Cientifica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROVER, Aires José. **Direito e Informática.** Barueri, SP: Manole, 2004.

PEREIRA, Rafael H. Moraes. **O Leviatã eletrônico: a trama política que colocou o Estado na internet.** Sociologias, Dez 2010, vol.12, no.25, p.342-358.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação em massa e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

Portal de Governo Eletrônico do Brasil,Histórico do Governo Eletrônico. Disponível em:<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/historico> Acesso em 09 de setembro de 2014.

Portal de Governo Eletrônico do Brasil, Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90Decreto_3_de_abril_de_2000.pdf > Acesso em 09 de setembro de 2014.